

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 144

31/08/07 a 06/09/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES), **Felipe dos Santos** (graduando em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Giannini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES).

Venezuela terá novo embaixador

O embaixador brasileiro e atual chefe do Departamento de Energia, Antônio Simões, foi designado pelo Itamaraty para o comando da embaixada na Venezuela e deverá assumir o cargo até o final do ano. Simões é o responsável pelo processo de integração energética da América do Sul. Além da embaixada em Caracas, as de Lima, Bogotá, Ottawa, Porto Príncipe, Paris, Londres, Moscou e Xangai, deverão trocar de comando. Por sua vez, o atual titular do posto em Caracas, João Carlos Souza-Gomes, representará o Brasil na Unesco, a organização da ONU, para Educação, Ciência e Cultura, em Paris (O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/08/2007).

Comissão da Câmara continua investigações sobre lutadores Cubanos

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara continua as investigações sobre o caso dos dois pugilistas cubanos, Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara que fugiram da concentração cubana na ocasião dos Jogos Pan-Americanos em julho no Rio de Janeiro. No último dia 30, o secretário nacional de Justiça, Antônio Carlos Biscaia afirmou que não houve irregularidades no processo de deportação dos atletas pela Polícia Federal, porém defendeu que o mais sensato seria a repatriação. Em seu depoimento, o Secretário também criticou os Estados Unidos, por sua prisão em Guantánamo, o que gerou mal estar na embaixada do país. A assessoria da embaixada declarou, no entanto, que o governo dos EUA não autorizaram manifestações sobre o assunto. A Comissão da Câmara pediu então ao embaixador brasileiro em Cuba, Bernardo Pericas Neto, um relatório sobre possíveis retaliações do regime de Fidel Castro contra os boxeadores, e deverá votar a criação de uma comitiva parlamentar para visitar Cuba e conversar com os atletas (O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/08/2007).

Brasil e Índia planejam cooperação na área de biocombustíveis

A empresa estatal brasileira Petrobrás e a indiana Bharat Petroleum poderão trabalhar juntas no mercado de etanol. Isso foi estabelecido em um memorando assinado recentemente por representantes de ambas as empresas no Rio de Janeiro. O documento prevê a criação de um grupo com a função de analisar, além da exportação do etanol e outros biocombustíveis para a Índia, a possibilidade de ambos os países trabalharem conjuntamente em outros mercados. Brasil e Índia, que são os maiores produtores de cana-de-açúcar do mundo, já possuem atuação conjunta na área petrolífera. O anúncio da assinatura do memorando veio pouco após a revelação de que o presidente venezuelano, Hugo Chávez havia desistido de comprar o etanol brasileiro (O Globo – Economia – 31/08/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/09/2007).

Brasil importará mais gás natural da Bolívia

Os governos do Brasil e da Bolívia acordaram o aumento da venda de gás natural da Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB) à Petrobrás. O acordo prevê que a estatal brasileira deverá receber todo o gás boliviano contratado, 30 milhões de metros cúbicos, o que representa uma elevação em 3 milhões no volume de gás importado pela Petrobrás diariamente. O aumento da importação de gás natural é resultado do aumento da demanda de produção pelas termoelétricas que deverão suprir o consumo de energia elétrica no país. O Operador Nacional do Sistema Elétrico solicitou que a Petrobrás ativasse usinas termoelétricas devido ao baixo nível nos reservatórios das hidrelétricas brasileiras. O acordo entre os dois países prevê a suspensão, por um período de trinta dias, do fornecimento de 1,1 milhões de metros cúbicos diários de gás à Usina

Termelétrica Governador Mário Covas da empresa TermoCuiabá, que atende o consumo elétrico da região da cidade de Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso. A suspensão do fornecimento decorre da incapacidade de aumento na produção de gás natural por parte da YPFB e pelo fato de que o contrato com a Petrobrás é passível de multa, diferentemente dos contratos com a Argentina e com a TermoCuiabá. O Brasil aumentou a exportação de energia à Argentina, medida que deverá compensar a queda no envio de gás natural boliviano ao país vizinho por conta do aumento do consumo brasileiro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/09/2007).

Brasil criou barreira antidumping contra máquinas e equipamentos chineses

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior aceitou o pedido para criação da primeira barreira antidumping contra produtos chineses. As talhas manuais importadas pelo Brasil da China serão taxadas em 114,14 dólares cada. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) solicitou a criação da barreira para conter o avanço das máquinas importadas da China no mercado brasileiro. Segundo a Abimaq, 42% do mercado de máquinas e equipamentos são atendidos pelas importações, uma elevação de 2,2% em relação ao ano passado. O valor médio das importações de bens de capital chineses é de 4,13 dólares por quilo de equipamento. Os valores médios dos produtos importados dos Estados Unidos e da Alemanha são de 30 dólares, e dos produtos importados do Japão é de 17 dólares. De acordo com a Abimaq, Estados Unidos, Alemanha, China e Japão, são os maiores fornecedores de bens de capital ao Brasil. Há outras nove solicitações de barreiras antidumping contra os bens de capital importados da China. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/09/2007)

Delegação brasileira viaja para a China

Uma delegação formada por empresários e representantes do governo brasileiro viajou para a China, no dia 2 de setembro, com o objetivo de negociar a diminuição e um maior controle das vendas do país ao Brasil. Além de tentar firmar um acordo de harmonização estatística para que um método comum de classificação de produtos seja adotado, o governo brasileiro buscará expandir o acordo, já vigente, de restrição à venda de produtos têxteis ao Brasil através do estabelecimento de um teto máximo para a entrada desses produtos no país. Segundo Fernando de Magalhães Furlan, diretor do Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, caso não se chegue a nenhum acordo, o Brasil poderá adotar medidas administrativas e operacionais, através da Receita Federal do Brasil, para que a regulação das importações seja feita. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/09/2007).



Diplomata brasileiro negociará convenção contra tráfico de armas

Escolhido como novo representante da ONU para o Desarmamento pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, o diplomata brasileiro, Sérgio Duarte, terá como função primordial negociar uma convenção internacional proibindo o tráfico ilegal de armas leves, como pistolas e revólveres. Segundo Duarte, 3 reuniões já estão marcadas para 2008 nas quais peritos de vários países se reunirão na ONU para discutir o assunto. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/09/2007).

Ministros reuniram-se para discutir sobre o meio ambiente

Nos dias 3 e 4 de setembro, os ministérios brasileiros do Meio Ambiente e das Relações Exteriores promoveram, no Rio de Janeiro, a Conferência Ministerial sobre Meio Ambiente Internacional e Governança para o Desenvolvimento Sustentável. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, abriram o encontro. Foram convidados para o evento ministros de 22 países, além de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O encontro faz parte de uma série de atividades programadas para retomar os debates da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD ou eco-92) e tem como objetivos discutir e analisar diversos tratados internacionais sobre meio ambiente em vigor, procurando melhorá-los, e ainda, debater a adoção de um modelo sólido de financiamento para a proteção do meio ambiente. Nesse contexto, o Brasil se mostrou favorável à proposta francesa de criação de uma agência internacional, ligada a ONU, incumbida de regulamentar e promover o desenvolvimento sustentável. O apoio, entretanto, foi condicionado à elevação do financiamento internacional e à maior transferência de tecnologia. Segundo Amorim, a criação de tal organismo não implicaria o esvaziamento de outras instituições semelhantes, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Pelo contrário, essa nova instituição ajudaria a abarcar questões que não estão sendo hoje alcançadas, tais como as relações ambientais, econômicas e sociais que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável. Amorim lembrou ainda que o anunciado embate entre as nações ricas e pobres sobre a questão ambiental é falso. Segundo o ministro, não existe polarização, mas sim a vontade do desenvolvimento, a consciência de que o planeta é único e a noção de direitos e deveres a serem cumpridos e cobrados. A ministra do Meio Ambiente, por sua vez, complementou o discurso de Amorim declarando que a estrutura das Nações Unidas foi pensada quando não havia a noção de importância do meio ambiente, por isso, a criação de uma agência que centralizasse as discussões evitaria que esforços fossem dispersados nos diversos foros que tratam do tema. (Folha de S. Paulo – Ciência – 04/09/2007; O Estado de S. Paulo – Vida & – 03/09/2007; O Globo – Ciência – 04/09/2007).

OMC retomou negociações agrícolas

A Organização Mundial do Comércio (OMC) retomou, no dia 3 de setembro, as negociações agrícolas, no âmbito da Rodada Doha, interrompidas em julho e que tinham como objetivo acertar um acordo nas áreas de subsídios agrícolas e de tarifas. A ausência de uma nova oferta dos Estados Unidos de liberalização das importações de bens agrícolas, se configura como o principal obstáculo a acordos sobre o tema. Sem uma autorização do Congresso americano para que a Casa Branca negocie acordos comerciais e com uma nova lei agrícola que permitirá a distribuição de bilhões de dólares em subsídios aliadas às eleições presidenciais se aproximando, Washington se nega a ceder. Os países emergentes e a Europa, por outro lado, insistem que os americanos precisam reduzir de forma drástica seus subsídios agrícolas para as negociações possam seguir em frente. Por isso mesmo, os negociadores da OMC em Genebra trabalham com a possibilidade de que um entendimento seja obtido apenas em alguns anos. Embaixadores e negociadores se preparam para deixar as negociações em estado de latência até que condições mais propícias apareçam. Os países do G-20 concordaram em manter a negociações nessas bases. As expectativas são tão baixas que o Brasil sugeriu que o encontro fosse suspenso, dando espaço para negociações bilaterais. O país, que já tem encontro marcado com os Estados Unidos, busca uma aproximação de posições no setor agrícola. O acesso ao mercado dos países desenvolvidos será tema em pauta na reunião. O embaixador brasileiro na OMC, Clodoaldo Huguene, assinalou que o maior objetivo do país é continuar negociando e revendo cada tema para que, se não um acordo, bases para um futuro entendimento sejam sedimentadas. Contrariando as expectativas, Pascal Lamy, diretor da OMC, espera que os 151 países da organização aproximem suas posições ainda este mês para que possa ser convocada uma reunião interministerial em outubro, antes que o processo eleitoral americano ganhe força e impossibilite qualquer mudança. No dia 04 do mesmo mês, Peter Mandelson, comissário de Comércio da União Européia (UE), disse que a Rodada Doha poderá ser posta de lado, caso nenhuma iniciativa seja feita para superar os impasses. Mandelson, ainda, apelou que o governo americano flexibilize sua postura. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/09/2007).

Política Externa Brasileira será dirigida para Ásia

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil decidiu, com o aval do Palácio do Planalto, que a política externa brasileira direcionar-se-á para o continente asiático em 2008. Tal resolução atende ao anseio do governo Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar o comércio e o investimento entre o Brasil e as economias asiáticas e de reforçar as relações diretas com essas nações no período final de seu mandato, buscando limitar o papel de intermediador exercido pela Europa e pelos Estados Unidos, além de promover a posição do país no contexto multilateral. O Itamaraty

trabalha com sete grandes focos na Ásia, a saber: Índia, China, Coréia do Sul, Japão, Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), Austrália, Nova Zelândia, além das ex-repúblicas soviéticas. As possibilidades de acordos de livre comércio com os países asiáticos, entretanto, estão descartadas, pois, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, estes nem sempre trazem os resultados esperados, e há outros meios para elevar o fluxo comercial e de investimentos com os países. O presidente reforçará o diálogo entre Brasil e Ásia através de visitas aos países do Sudeste do continente em companhia de missões empresariais no próximo ano, e Amorim deverá se antecipar ao roteiro presidencial e iniciar suas visitas ainda em 2007. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/09/2007).

Japão deseja acordo comercial com o Brasil

De acordo com Tastuya Kato, o coordenador do Departamento de Planejamento da agência japonesa de comércio exterior, a Jetro (Japan External Trade Organization), o Brasil corre o risco de perder para o México a posição de principal destino dos investimentos diretos japoneses fora da área financeira na América Latina. Segundo Kato, para reverter tal situação será necessário um esforço para melhorar o ambiente de negócios, através de acordos, da redução de impostos de importação, reformas tributária, trabalhista e da Previdência, além de promover incentivos a novos investimentos e a melhoria da segurança pública. Apesar do Brasil não poder acertar um acordo bilateral com o Japão por fazer parte do Mercosul, os japoneses insistem no acordo para poderem aproveitar-se do potencial de crescimento brasileiro. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/09/2007).

Satélite sino-brasileiro será lançado

Entre os dias 19 e 21 de setembro deverá ser lançado da base chinesa de Taiyuan, na província de Shanxi, ao sul de Beijing, em um foguete do tipo Longa Marcha, o satélite sino-brasileiro CBERS-2B (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, na sigla em inglês). O CBERS-2B foi montado nos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, e seguiu de avião para a China em abril. Nas próximas três semanas, passará pelos testes finais e receberá combustível para, pelo menos, dois anos de serviço no espaço. O satélite, de US\$ 200 milhões, transmitirá imagens que deverão ser utilizadas para auxiliar em programas de detecção de desmatamento, de planejamento e de monitoramento territorial por todo o país. (O Estado de S. Paulo – Vida & – 03/09/2007).



Marcada reunião do Brasil e Venezuela

No dia 03 de setembro, por telefone, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, marcou com o presidente venezuelano, Hugo Chávez, uma reunião para o dia 20 de setembro, em Manaus, na qual será discutida a agenda bilateral dos dois países. Em nota, o Ministério de Comunicação e Informação da Venezuela afirmou que, em conversa classificada como muito amistosa, Lula demonstrou apoio à Venezuela por sua intermediação nas negociações de paz entre o governo da Colômbia e grupos guerrilheiros locais. Além disso, temas como o intercâmbio econômico-comercial e questões energéticas foram debatidos. (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/09/07).

Ministro rebate críticas à participação brasileira no país

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, desembarcou no dia 03 de setembro em Porto Príncipe para uma visita de três dias ao Haiti. No dia seguinte, Jobim participou do encontro de ministros de Defesa dos países latino-americanos que integram a tropa da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo este o motivo principal de sua viagem. O premiê haitiano, Jacques Edouard Aléxis, em discurso aos ministros de Defesa, pediu que a permanência da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti) seja prorrogada. A delegação brasileira, por sua vez, chegou a cogitar um aumento do número de efetivos, com a finalidade de ajudar na reconstrução da infra-estrutura do país, idéia esta que não foi bem recebida pela ONU. O Brasil propôs, ainda, que se diminuísse o número de soldados e aumentasse o de engenheiros, mas o representante da ONU, Luiz Carlos da Costa, disse que não aceitaria “tirar homens da infantaria para botar mais engenheiros”. Jobim rebateu críticas à missão de paz feitas pelo conselheiro Anderson Bussinger, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Rio. O relatório, baseado em depoimentos da população local e em experiências pessoais vividas pelo conselheiro nos dez dias de visita ao país, aponta a Minustah como uma força de ocupação violenta e constrangedora. Segundo Bussinger, a ocupação é estritamente militar, e não humanitária, o que estaria validando os abusos de direitos humanos bem como contribuindo para um estado permanente de repressão. Em discurso, no qual ressaltou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apóia a permanência da força no Haiti enquanto ela for necessária, Jobim declarou considerar irrelevantes os comentários do conselheiro da OAB. Sua visita no Haiti incluiu uma palestra sobre o trabalho dos militares brasileiros no país e tem fim previsto para o dia 05 de setembro, contando com a companhia dos comandantes do Exército, o general Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, o brigadeiro Juniti Saito. Também rebatendo as considerações de Bussinger, o subcomandante do batalhão brasileiro no Haiti, o coronel Tomás Miguel Paiva, declarou que o objetivo das tropas, de permitir que a ação humanitária atue no país, vem sendo cumprido com sucesso. Paiva afirmou ainda que a ação do exército não pode ser considerada como uma intervenção militar

porque conta com o consentimento das Nações Unidas e do governo haitiano. (Folha de São Paulo – Mundo – 04/09/2007; Folha de São Paulo – Mundo – 05/09/2007; O Globo – O Mundo – 04/09/2007; O Globo – O Mundo – 05/09/2007).

Marina Silva propõe criação de novo órgão ligado à ONU

No dia 04 de setembro ocorreu reunião internacional no Rio de Janeiro envolvendo representantes de 21 países que vieram discutir a questão ambiental. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentou a idéia de criar uma agência global fiscalizadora dos acordos já firmados entre os países, na dimensão da preservação do meio-ambiente. Esse órgão seria vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU) e permitiria a transferência de recursos e tecnologia para os países em desenvolvimento. O argumento da ministra residia no fato de que os esforços ali realizados deveriam levar necessariamente a recursos adicionais perante as estruturas existentes, pois já se teria um diagnóstico claro de que os recursos são poucos, dispersos e pulverizados. Contudo, os Estados Unidos e a China demonstraram discordar da proposta, alegando que ocorreriam prejuízos para os cofres internacionais e acrescentaram que o fortalecimento dos organismos já existentes seria a melhor saída. O governo norte-americano propôs um encontro no dia 24 de setembro – um dia antes da abertura da Assembleia da ONU – para discutir as questões climáticas. Marina Silva aceitou o convite, mas ressaltou que “não aceitará nenhuma solução fora do âmbito das Nações Unidas”. (Folha de S. Paulo – Ciência – 05/09/2007; O Estado de S. Paulo – Vida & – 05/09/2007; O Globo – Ciência – 05/09/2007).

Deputados europeus querem bloquear carne brasileira na UE

No dia 04 de setembro, deputados ingleses do Parlamento Europeu lançaram uma campanha contra a importação de carne brasileira. O objetivo do grupo é colher um grande número de assinaturas no parlamento, de modo que o projeto se torne uma resolução. A alegação dos deputados é de que o Brasil não exerce um controle efetivo no que diz respeito à febre aftosa, e segundo o presidente do Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu, Neil Parish, a União Européia (UE) está aceitando livremente a entrada de um produto inseguro no mercado europeu. No mês de outubro ocorrerá um encontro entre os parlamentares e o comissário da UE que é responsável pela Saúde a fim de discutir essa temática e, talvez, adotar novas posturas da instituição. No mesmo mês, uma missão da UE irá visitar o Brasil, com a finalidade de avaliar as condições fitossanitárias do país. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/09/2007).

OIT apresenta relatório sobre a América Latina

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um relatório sobre a América Latina, que mostra que um em cada cinco jovens latino-americanos não trabalha ou estuda. A OIT se valeu de dados de diversas instituições dos países pesquisados, para obter suas conclusões. A diretora do organismo no Brasil, Laís Abramo, julga a situação como “preocupante” e alerta que o “estudo quer chamar a atenção para a importância da geração de trabalhos decentes”. Segundo a pesquisa, no Brasil existem aproximadamente 6,6 milhões de empregadas domésticas, das quais, apenas 26% possuem carteira assinada. O programa Prouni, do governo federal, é mencionado no relatório de modo positivo, segundo este, o programa “leva educação pública ao interior e combate as desigualdades regionais”. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/09/2007).

Estatal venezuelana deixa dúvidas quanto à parceria com a Petrobrás

No dia 04 de setembro foi inaugurado o início das obras da construção da refinaria de Ipojuca, Pernambuco. A solenidade contou com Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobrás, e o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, sem a presença de um representante da PDVSA, estatal petrolífera venezuelana e parceira da Petrobrás. O acordo de construção e exploração conjunta ainda não foi assinado pela PDVSA, que recebeu o contrato dois meses antes. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, disse que é uma “vergonha” que as obras ainda não tivessem começado, visto que ele e o presidente brasileiro concordaram sobre a construção em 2005. Gabrielli, em resposta, afirmou que as obras estão dentro do prazo e que a construção estará pronta até 2010, independentemente da PDVSA juntar-se ou não às obras. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/09/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/09/2007; O Globo – Economia – 05/09/2007).